

SARARÉ/SEGURANÇA

Saída de Funai e PF deixa reserva frágil

Há risco de reinvasão da área por garimpeiros; está sendo estudada uma forma de manter a vigilância em caráter permanente no local

José Luiz Medeiros/DC



Dependendo do grau de degradação ambiental que a ação garimpeira provocou, será montado um esquema de vigilância permanente na reserva nhambiquara

CLARICE NAVARRO DIÓRIO

Da Sucursal de Cáceres

Com a saída esta semana das equipes da Funai e da Polícia Federal da Reserva Indígena Sararé, no município de Pontes e Lacerda, a área pode sofrer nova invasão de garimpeiros. As equipes permaneceram no local por mais de duas semanas fazendo a retirada de pequenos grupos que insistem em continuar em atividade, mesmo após a operação de desintrusão realizada no início do ano, quando foram retirados da reserva cerca de 6 mil homens.

Neste período de fiscalização, as equipes conseguiram retirar da reserva 17 pares de dragas, mas segundo informou o delegado Cesar Martinez, da Delegacia de Polícia Federal de Cáceres, há muitas dragas enterradas em vários pontos próximos aos garimpos, assim como há produtos alimentícios escondidos na mata e barracos em pé.

“Com a saída das equipes, eles voltam em pequenos grupos”, afirmou o delegado, explicando a necessidade de fiscalização permanente no local.

A reserva dos índios nhambiquaras vem sendo explorada por madeireiros e garimpeiros há vários anos, mas após um incidente envolvendo índios e madeireiros, que ganhou destaque na mídia nacional, chegou a ordem do Ministério da Justiça para a operação de desintrusão. Sem alternativa de trabalho, os garimpeiros que permanecem em Pontes e Lacerda acabam voltando aos garimpos da reserva.

O delegado titular da PF em Cáceres, Robinson Fucks, afirmou que há perspectivas em relação a uma fiscalização permanente no local. Um perito deve visitar a reserva nos próximos dias constatando o grau de devastação ambiental que o garimpo e ação dos madeireiros provocou.

Segundo o delegado, a área está bastante devastada e, com o encaminhamento do laudo às autoridades competentes, o projeto de uma fiscalização permanente e eficaz deve se tornar realidade.

Os garimpeiros que continuam em Pontes e Lacerda após a operação de desintrusão na reserva Sararé ocorrida no início do ano são estimados em 800 homens, que esperam o cumprimento do acordo feito com o governo estadual, que se comprometeu a colocá-los em outra área garimpável. O acordo está prestes a ser cumprido, com a cessão de uma área pela Mineradora Santa Elina.

COBRANÇA - Agora, os garimpeiros estão enfrentando outro problema. Eles denunciam o presidente da Cooperativa de Garimpeiros de Pontes e Lacerda, Jaime Valadares, de estar cobrando uma taxa de 2 mil reais de cada um para que tenham acesso à nova área. Eles afirmam ainda que a área cedida pela Santa Elina está sendo guardada por pistoleiros contratados pela cooperativa.

Jaime Valadares, o “Maçã”, refuta as denúncias e informa que os 2 mil reais, cobrados em quatro parcelas, são a cota do cooperado. Os garimpeiros querem ter direito a entrar na área e começar a trabalhar, para depois efetuar o pagamento da taxa. “Estamos parados há meses, não temos condições de desembolsar nada agora”, disse um garimpeiro.

Sobre a denúncia, já encaminhada à PF, o delegado Cesar Martinez informou ter um relatório concluído, que aponta ser grave a situação, especialmente no que se refere à existência de pistoleiros na área cedida pela Santa Elina. “O que tememos é um derramamento de sangue. A ação da entrada na área deve ser bem coordenada para se evitar problemas”.